

Pronunciamento do Juiz do Trabalho Rafael Val Nogueira, na cerimônia de posse da nova diretoria da Amatra VI para o período 2023/2024, em 1º/09/2023.

Excelentíssimo Sr. Desembargador Corregedor Fábio Farias, do Tribunal Regional do Trabalho da 6.^a Região; e Excelentíssima Senhora Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho e Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em nome de quem saúdo todos os presentes.

Prezados colegas,

Desejamos que esse momento se realizasse apenas entre nós em razão da excepcionalidade que vivenciamos no mês de junho/2023, desde a renúncia coletiva e a instalação da Diretoria Provisória, capitaneada por Sérgio Vaisman.

Na última oportunidade que tive para me dirigir aos colegas, o fiz na assembleia extraordinária de 30.06.2023, na condição de porta-voz do grupo de Diretores que renunciou aos cargos que ocupavam na Diretoria da AMATRA VI, como forma de por cobro ao quadro de omissão institucional que, a nosso sentir, se houvera instalado. Trazia a voz embargada e a boca seca. Nitidamente emocionado, me via premido por um prazo de 15 minutos, que mais pareciam ínfimos 15 segundos.

Tinha tanto para dizer aos colegas, na tentativa ansiosa de fazê-los compreender nossas razões; fazê-los ver que o que nos moveu não foram sentimentos individuais, não foi o egoísmo, não foram intenções menores ou vis, mas, sim, o desejo candente de devolver à AMATRA VI sua grandeza, sua importância na condição de entidade que objetiva, acima de tudo, promover a defesa intransigente das prerrogativas de seus associados.

Ao falar-lhes, naquela ocasião, a despeito da emoção, creio que pude transmitir a mensagem que intencionava chegar a seus corações, pois vi no brilhar de boa parte dos olhos que me miravam compreensão e, mais do que isso, apoio e assentimento, o que se desvelou e confirmou no quantitativo maciço de votos favoráveis que nossas proposições obtiveram, a ponto de nos sentirmos habilitados a pleitear, em novo escrutínio, assumir a direção de nossa Associação, o que, hoje, após encerrado o processo eleitoral, se concretiza.

Mas já não é tempo de tratar do passado. É tempo de, aprendendo com ele, voltarmos os olhos para o futuro, para construir um presente diferente e melhor. É tempo de reunirmos as cinzas e, como fênix, delas renascer para nova realidade.

E essa nova realidade deve-se assentar em pilares bastante sólidos que possam sustentar o desejo de um plano coletivo: verdade, união, fraternidade e fidelidade.

O associativismo, assim compreendido como a reunião de pessoas com o objetivo de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais, culturais ou políticos, por meio da cooperação, deve estar fincado nesses pilares. E foram esses os valores que nos impeliram até aqui e continuarão a nos enlevar no exercício do honroso mandato que nos foi conferido.

As dificuldades a enfrentar e superar são muitas. Não se nega. A Magistratura do Trabalho, além de perdas remuneratórias, que, aliás, a magistratura federal como um todo vem amargando desde a instituição do regime de subsídios, atravessa, especificamente,

tenebroso período de abatimento, esmorecimento e desânimo, sendo alvo de injustas desconfiças e desmedidas cobranças, que não se coadunam com o perfil historicamente entusiasta, comprometido e profícuo de seus juízes e juízas.

Embora a Justiça do Trabalho sempre se tenha revelado exemplo de eficiência e comprometimento com as iniciativas institucionais encetadas pelos órgãos superiores de administração e gestão, seus magistrados tem sido, todavia, surpreendidos com exigências que, não só se mostram em descompasso com o avanço tecnológico atual, representando nítido retrocesso, mas que também minam injustificadamente a confiança no trabalho realizado de forma devotada e assídua e buscam retirar do magistrado a autoridade que lhe é inerente como membro de Poder.

Superar esse estado atual de coisas demandará empenho coletivo, que passa, inicialmente, por vencer o descrédito e nos convenceremos intimamente de nossa importância, não apenas como indivíduos, mas, sobretudo, como instituição a quem o Constituinte resguardou a grave missão de preservar o direito social e compor os permanentes conflitos entre capital e trabalho.

Historicamente, a Justiça do Trabalho sempre esteve em posição de vanguarda. Quando outros ramos do Poder Judiciário se deram conta da importância da conciliação, a Justiça do Trabalho já a vivia no dia-a-dia há décadas. Quando se iniciaram as primeiras medidas de implantação de ferramentas de busca patrimonial, a Justiça do Trabalho ou esteve à frente de sua elaboração ou já despontava como maior cliente. Instalado o PJE e iniciado o processo de digitalização dos feitos, tomamos também a dianteira nessa nova realidade e seguramente somos o braço da Justiça com maiores índices de digitalização.

Nunca nos faltou disposição. Nunca nos faltou comprometimento. Sempre fomos exemplos de celeridade, simplicidade, desburocratização processual e acesso para o jurisdicionado. Ainda quando advogado, me recordo como era gratificante exercer meu ofício junto à Justiça do Trabalho. A ausência de entraves e a celeridade na prestação jurisdicional sempre foram a marca dessa Especializada.

É essa a nossa identidade. É isso o que somos. E é isso o precisamos dizer, porque, ainda que não nos gabem, gabemo-nos nós. Mas se não nos gabam, precisam, ao menos, nos respeitar, porque a Magistratura do Trabalho não está para ser tratada como um grupo de colegas indisciplinados.

Longe disso!

O restabelecimento do necessário respeito e a reconstrução de nossa autoridade passarão necessariamente por lutar, porque uma associação da estirpe da AMATRA VI, para além de centro de conagraamento, é espaço de luta - luta respeitosa, mas luta; luta lhana, mas luta; luta de convencimento, mas, ainda assim, luta - em que os braços e as vozes de seus associados, confluindo no enleio de interesses comuns e elevando-se unidos, haurem dessa mesma união a força imprescindível para que a vontade se torne realidade.

E essa luta, irmanada à da ANAMATRA, não se restringirá ao aspecto material da recomposição dos subsídios da magistratura ou da aprovação do ATS/VTM, por exemplo, mas se voltará também para outros temas que guardam significativa relação com o modo como nossa satisfação com o trabalho deve ser medida.

Falo de saúde física e mental, de tempo livre e, sobretudo, do restabelecimento do eu, do gostar do que fazemos, do nos sentirmos reconhecidos, pois este elo parece ter sido quebrado.

A AMATRA VI estará atenta a todos esses aspectos, o que envolve a aquisição de local adequado para a instalação definitiva do Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, providência que tem contado com o empenho da atual Administração do TRT da 6.^a Região, representada nesta cerimônia pela Sr.^a Desembargadora Presidente e pelo Sr. Desembargador Corregedor, ambos associados, o que muito nos honra, assim como não descuidará de outras bandeiras, que histórica e estatutariamente abraça, seja na defesa do trabalho digno e protegido, seja na busca da eliminação de toda forma de discriminação.

Eu creio no movimento associativo. Creio em sua importância. Aprendi com os que nos antecederam que fora dele não há vitória. Aprendi a amar o movimento associativo e a respeitar aqueles que lutam pelo coletivo. Que, não raro incompreendidos, sacrificam suas vidas e o convívio familiar a bem de seu semelhante, a bem dos outros, a bem de uma categoria.

O que nos conforta é que nessa luta não estamos sós. Estão conosco aqueles que puseram sua confiança em nós, nossos colegas, os associados. Aqueles que nos outorgaram esse mandato.

E, eu, particularmente, não estarei só. Represento um coletivo, vários em suas individualidades, uno no todo. Conseguimos congregar uma diretoria particularmente especial.

Estão conosco a sensibilidade de Marília Gabriela e a sensatez de Gustavo Pires, nossos Vice-Presidentes; a perspicácia de Patrícia Trajano; a cultura de Fábio Furtado; o conhecimento enciclopédico de Kátia Keitiane; o entusiasmo de Patrícia Souto Maior; a experiência de Sérgio Vaisman e Virgínia Bahia; o equilíbrio de Mariana Milet e Guilherme Mendonça; a juventude de Sarah Yolanda, Pedro Henrique e Pedro Ivo; a vivacidade de Marlene Sant'ana; a atenção cuidadosa de Gilberto; a sinceridade de Ana Catarina Magalhães; a disponibilidade de Roberta Vance; e a dedicação histórica de Carmen Richlin.

É com esse grupo que seguiremos, devotando irrestrito respeito à vontade soberana da maioria.

E aos colegas que, integrantes da Diretoria Provisória, hoje nos deixam, fica o nosso muito obrigado pela disponibilidade que demonstraram em assumir a condução da Associação em momento tão sensível de sua história.

Enfim, a minha mulher e meus filhos, tudo o que tenho, peço que, como sempre, continuem a compreender o pai, nessa guinada inesperada que a vida nos trouxe, e não deixem de me dar o sustento necessário, o sustento mais importante, aquele que provém do amor.

Porque, como nos ensinou Santo Agostinho, ao tentar desvendar o mistério insondável da Santíssima Trindade, um Deus em três: apenas se ama o que se conhece e quem ama, ama porque conhece o ser amado e quem conhece o que ama, está naquilo que ama, assim como quem é amado está no ser que o ama.

Tudo se resume a amar, amar os que nos são queridos, amar o que fazemos, amar a luta a que nos propomos.

Muito obrigado.